

Um horizonte de esperança

SIL, Antônio Carlos. "Um horizonte de esperança". Agência Brasil Energia. Rio de Janeiro, 16 de julho de 2018.

Após o forte impacto da crise financeira de 2008, o setor sucroenergético brasileiro pode estar diante de uma nova oportunidade de crescimento. Há no horizonte chance de retorno de investimentos em reformas (retrofits) pontuais de ativos mais antigos, que, além de incrementar a oferta de etanol, também têm potencial para ampliar excedentes de bioeletricidade por meio da troca de equipamentos por modelos mais modernos e de maior capacidade. Esse movimento, conseqüentemente, viria a dar algum fôlego à indústria sucroenergética, cujos principais grupos amargam situação financeira bastante crítica, com alto endividamento.

Estudo divulgado recentemente pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), estima que até 2025, pode haver um acréscimo de matéria-prima processada de 118 milhões de toneladas de cana (Mtc) a 205 Mtc, considerando cenários de baixo a alto crescimento, respectivamente. Atualmente, a capacidade instalada do parque nacional é, segundo a empresa, de 745 Mtc. A moagem brasileira na safra 2017/2018 (ver BOX) ficou em 641 Mtc, mas já chegou ao recorde de 666 Mtc no intervalo 2015/2016, segundo dados da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica).

Até 2030, nessas mesmas premissas de projeção, a expansão pode ficar entre 176 Mtc a 309 Mtc. Nos cálculos, a EPE também inclui a evolução da oferta do etanol de segunda geração (lignocelulósico), bem como a versão derivada de milho e ainda o uso de variedades mais evoluídas de plantas como a chamada "cana energia", com maior teor de biomassa (fibras).

Já em termos de avanço na injeção de energia elétrica excedente no Sistema Interligado Nacional (SIN), que, no momento, gira em torno de 2,4 GW médios, a modernização de sistemas de cogeração pode elevar esse montante a 3,5 GW médios em 2025 em um cenário de baixo crescimento e a 3,9 GW médios, em um cenário de alta. Na previsão até 2030, os números saltam para 4,3 GW médios no cenário baixo e a 5 GW médios, no cenário alto.

No entanto, essa perspectiva de evolução mais positiva do setor não é exatamente uma unanimidade entre fontes do mercado consultadas pela Brasil Energia. Há, sim, várias incertezas que pesam contra. Por outro lado, há fatores que, inegavelmente, jogam a favor. A maior promessa de impulso para o médio e longo prazos vem da regulamentação do Renovabio, programa que objetiva promover a ampliação da produção do etanol para atender aos compromissos do Brasil no âmbito do Acordo de Paris quanto à mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE).

"Com a aprovação do marco legal do Renovabio e a definição da meta de descarbonização, abre-se uma perspectiva de que haverá uma indução ao aumento da eficiência energética e de cunho ambiental nas unidades de produção de biocombustíveis", prevê Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro.

Esse processo, segundo ele, deve levar a investimentos em retrofit, cogeração e

biodigestão de resíduos, entre outras atividades que irão requerer aportes nas plantas atuais e em novas unidades.

A mudança na política de preços da gasolina por parte da Petrobras, agora ajustada de acordo com o mercado internacional de petróleo, é um ponto positivo. Isto porque permite ao preço do etanol maior flutuação à variação do combustível fóssil, após anos de intervenção do governo federal nesse mercado, a título de controle da inflação. A disparada do preço da gasolina, por sua vez, tem feito com que a procura por etanol hidratado aumente, o que estimulou a importação do produto nos últimos meses.

“Talvez, os efeitos de curto prazo ainda sejam tímidos, mas, no médio e longo prazos, certamente, existe a possibilidade de os agentes privados responderem a esse estímulo, para cumprimento das metas de redução de intensidade de carbono na energia usada em transportes e isto deverá elevar o mercado de etanol combustível de 27,7 bilhões de litros para 47,1 bilhões em 2028”, destaca Nastari, ressaltando que haverá uma expansão expressiva tanto na capacidade atual de oferta de etanol de milho, como na de segunda geração.

Para isso, o presidente da Datagro acredita que os investimentos deverão partir tanto de empresas que estão com usinas fechadas atualmente, retomando atividade, como também de grandes grupos.

Incertezas pelo caminho

Pelo lado negativo, uma mobilização efetiva das empresas não deve ocorrer no curtíssimo prazo. Seja devido à instabilidade política em torno da gestão do presidente Michel Temer, seja ainda devido à falta de consolidação mais clara de alguma candidatura para sucedê-lo a partir de janeiro de 2019. Com relação à demanda do mercado de energia elétrica, da mesma forma, a perspectiva é muito limitada no momento. O principal canal de escoamento para a bioeletricidade gerada a partir de biomassa de cana ainda são os leilões da Aneel para abastecimento do mercado cativo, em que a fonte sofre pesada concorrência de outras modalidades renováveis, como eólica e solar, por exemplo. Com um consumo estagnado, as distribuidoras de energia, por sua vez, estão bastantes conservadoras nos seus cálculos de demanda, levando a disputa durante as licitações a patamares que o setor sucroenergético não consegue chegar porque o preço do MWh cai demais, colocando em risco o equilíbrio econômico-financeiro dos empreendimentos.

Quanto a uma melhor perspectiva de absorção, pelo SIN, de energia excedente das usinas que poderão ser reformadas, estão em andamento, no Congresso Nacional, matérias que abrem possibilidades alternativas de consumo. Há a tendência de ampliação progressiva do mercado livre de energia – inclusive com a introdução do mecanismo de preço horário de liquidação das diferenças (PLD) -, bem como no que se refere a aperfeiçoamentos no modelo comercial do setor elétrico e uma maior atenção à geração distribuída de maior porte, não só como recurso incremental de segurança ao sistema, mas também de diversificação da matriz elétrica. Sem falar que uma nova fronteira de produção de energia começa a se abrir, representada pelo aproveitamento de biogás gerado a partir da fermentação da vinhaça, subproduto abundante originado do processamento da cana.

Nos cálculos de gerente de Bioeletricidade da Unica, Zilmar de Souza, existem no país 367 usinas a biomassa em operação, sendo que 57% delas exportam energia para o SIN, ou 209 unidades de produção. Segundo ele, mediante processos de retrofit, as demais unidades poderiam começar a exportar para a rede. O potencial aponta para uma oferta até sete vezes maior do que é comercializado hoje para o sistema, com base nos dados do ano passado. Em 2017, foram colocados 21,4 TWh, mas havia condições de inserir 145 TWh. “Isso significa que poderíamos maximizar o uso do bagaço de cana e da palha”, observa.

Zilmar afirma que há planos para que 60 usinas passem por retrofit ainda neste ano. Mas para que isso aconteça, é preciso superar alguns gargalos. Uma delas é a continuidade da contratação de energia de usinas a biomassa, abrindo, assim, estímulos para reformas das unidades.

“Hoje, a principal porta de entrada da biomassa no mercado é por meio dos leilões no mercado regulado. Sem isso, não haverá retrofit e nem aproveitamento da palha. Portanto, é importante manter a continuidade na contratação nos leilões regulados”, avalia o gerente.

O presidente-Executivo da Associação da Indústria de Cogeração de Energia (Cogen), Newton Duarte, por sua vez, tem números um pouco diferentes do parque de usinas dos apresentados pela Unica. Segundo ele, existem cerca de 400 usinas de cana, mas apenas 170 delas exportam energia ao SIN porque contam com equipamentos ultrapassados, como caldeiras de 21 kg de pressão de vapor. Os modelos atuais estão na faixa de 100 kg. Em 2018, segundo ele, até o momento, houve acréscimo de 200 MW de capacidade instalada e há pouco mais de 300 MW em fase de implantação, sendo que o parque canavieiro como um todo soma 14,7 GW.

O executivo estima ainda que a possibilidade de rentabilidade de retorno com a venda de bioeletricidade pode chegar a representar 15% do faturamento e 45% dos lucros. “As oportunidades estarão mais concentradas no mercado livre, seja por conta da busca por energia incentivada – que viabiliza migração de consumidores –, seja porque até o final da próxima década será possível contratar qualquer tipo de geração.”

No entanto, o presidente da Cogen acredita que, para esses números se viabilizarem, é possível que grandes grupos comprem essas usinas ultrapassadas ou que elas acabem se unindo a outras para concentrar a produção nas unidades mais produtivas, modernizando-as e alcançando maior competitividade.

A empresa francesa Albioma, especializada em negócios de geração de energia a partir de biomassa, por exemplo, espera desembolsar € 400 milhões até 2023 em retrofit de usinas. O modelo de atuação é, via de regra, por meio de acordos com usinas existentes. É constituída uma empresa à parte, que fica responsável pelos ativos de produção de energia, são modernizados para ampliar a capacidade. O acordo inclui o fornecimento de eletricidade à usina parceira.

“Continuamos muito motivados na realização desse plano”, afirma Christiano Forma, CEO no Brasil da Albioma. Os atuais ativos, segundo ele, compõem apenas a metade da meta. “Ainda temos uma vontade muito grande de fazer novos negócios no Brasil. Somos uma empresa que trabalhamos no longo prazo”, explica.

Atualmente, a Albioma tem 675 MW de geração de energia no mundo; e, no Brasil, conta com 108 MW em duas unidades, sendo que uma terceira, de 56 MW, está em processo de instalação. Há ainda uma quarta, em fase de negociação com o grupo Jales Machado, que irá ampliar o montante geral em mais 65 MW. Quando todas as obras forem concluídas, até 2021, o total de geração de energia no país pela empresa será de 221 MW. A perspectiva é dobrar o montante de energia exportada para a rede, com a maior parte da oferta já negociada em leilões para o mercado regulado e o restante no mercado livre. Forman acrescentou que o modelo de negócio da Albioma “está se provando interessante” no contexto brasileiro e que o mercado acompanha com bons olhos essa atuação.

Fornecedores de equipamentos

Para Ricardo Muniz, responsável pela área sucroenergética do grupo Siemens no Brasil, o setor vive um momento de transição. Segundo ele, houve uma “euforia exacerbada” no início dos anos 2000, quando muitas empresas tiveram oportunidade

de aproveitar essa onda positiva e ampliar a capacidade de suas usinas. Porém, a partir de 2008, houve quebra significativa, afetando muito as atividades.

“É um setor que possui muitos KPIs [Key Performance Indicator], que entendemos serem modernos e atuais para o nosso momento mundial. O mundo procura por soluções em energia renováveis e, dentro dessa visão, uma recuperação passa realmente por algumas necessidades de mudanças não só em nível de política de governo, como de comportamento”, diagnostica.

Muniz diz que as companhias mais estruturadas e que souberam atravessar esse período mais complicado, com maior profissionalismo, oferecem oportunidades de negócio para os fornecedores. “Infelizmente, é uma minoria. Estamos falando de 30% do setor que está em uma situação de estabilidade hoje”.

Outro grupo, também estimado em 30%, está em fase de recuperação, que ainda está liquidando as dívidas do passado para poder voltar a pensar em crescimento, melhorias e tecnologias, segundo o executivo. A parcela restante, de 40%, são de empresas em recuperação judicial e que precisam ser vendidas e ainda vão passar por transformação. Seja por coparticipação de empresas estrangeiras, seja por venda. “Estamos trabalhando na identificação das empresas melhores para se trabalhar”, explica.

Há um misto de investimentos hoje em que convivem negócios com equipamentos de tecnologia mais sofisticada juntamente com aquisições de sistemas convencionais, na avaliação do representante da Siemens. A empresa possui um portfólio de produtos e serviços amplo, com destaque para as turbinas vapor, fabricadas na planta de Jundiá (SP), além de toda a linha de equipamentos para eletrificação, necessários à distribuição de energia e conexão com a rede.

No caso da Schneider Electric, Cláudio Dantas, diretor de Soluções em Automação para América do Sul, diz que a atuação da companhia junto ao setor sucroenergético, diferentemente do que ocorre nos segmentos de distribuição e transmissão, se dá de forma indireta. Essa interação acontece por meio de parceiros comerciais. “Há uma tendência, especialmente em relação à geração distribuída e renovável, com perspectivas para o futuro. Não enxergo que algo vá acontecer de imediato porque ainda depende de regulamentação e de foco do governo em trazer essa fonte para a matriz elétrica brasileira”, observa.

BOX

Cenário

Ante uma moagem oscilante, que, na média dos últimos dez anos, girou em torno de 618 Mtc de cana por safra, com pico de 666 MTc no período de 2015/2016, o setor sucroenergético brasileiro não consegue engrenar um crescimento firme desde a crise econômica mundial de 2008. Naquela época, o mercado chegou a ter propostas para a construção de 100 novas usinas, segundo Newton Duarte, da Cogen.

De lá para cá, com a deterioração do cenário, empresas tradicionais faliram ou paralisaram atividades, muitas usinas mudaram de mãos e grandes grupos internacionais ingressaram no mercado com planos otimistas de expansão, mas o fato é que os investimentos de maior porte estacionaram e não se adicionou capacidade nova expressiva nesse período – no auge da euforia, o governo chegou a projetar que a produção poderia alcançar 1 bilhão de toneladas de cana em 2020.

Além do baque cambial, que pegou no contrapé várias iniciativas de investimento que dependiam de recursos externos para deslanchar seus empreendimentos, outros fatores colaboraram para o quadro atual de letargia, como a questão climática, instabilidade do mercado global de açúcar, dificuldades enfrentadas na

mecanização da colheita e a política do governo federal de segurar os índices inflacionários a partir do controle de preço da gasolina em prejuízo do etanol, comprometendo, portanto, a remuneração dos produtores.